

DESIGUALDADE SALARIAL NO NORDESTE: UMA ANÁLISE POR ETNIA E SEXO DO ESPAÇO RURAL, 2015 E 2019.
WAGE INEQUALITY IN THE BRAZILIAN NORTHEAST: AN ETHNICITY AND SEX BASED ANALYSIS OF RURAL AREAS, 2015 AND 2019.

Anderson Alcantara Medeiros
Universidade Regional do Cariri - URCA
anderson.medeiros@urca.br

Eliane Pinheiro de Sousa
Universidade Regional do Cariri - URCA
eliane.pinheiro@urca.br

Christiane Luci Bezerra Alves
Universidade Regional do Cariri - URCA
christiane.alves@urca.br

Grupo de Trabalho 8: Etnias, gênero e questão geracional no mundo rural

Resumo

O Nordeste é conhecido por sua persistente desigualdade social. Entre 1994 e 2014, a região testemunhou uma redução constante da desigualdade salarial, especialmente no espaço rural. No entanto, a partir de 2015, a tendência se inverteu, com a desigualdade crescendo até 2019. Em face dessas considerações, este artigo tem como objetivo analisar a desigualdade salarial por etnia e sexo no Nordeste rural em 2015 e 2019. Para tanto, utilizou-se uma análise descritiva dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os resultados revelaram que o Nordeste é a região com maior desigualdade salarial, medida pelo Índice de Gini, apresenta a maior proporção de população ocupada em áreas rurais em 2019 e tem a menor média salarial do Brasil. Entretanto, encontrou-se baixa desigualdade salarial por etnia no espaço rural do Nordeste, enquanto as mulheres recebem, em média, uma remuneração superior a dos homens.

Palavras-chave: Desigualdade salarial; Nordeste rural; Etnia; Gênero.

Abstract

The Brazilian Northeast is known for its persistent social inequality. Between 1994 and 2014, the region witnessed a constant reduction in wage inequality, especially in rural areas. However, from 2015 onwards, the trend was reversed, with inequality growing until 2019. In view of these considerations, this article aims to analyze ethnicity & sex-based wage inequality in the rural Northeast in 2015 and 2019. To this end, it used a descriptive analysis of data from the Continuous National Household Sample Survey (PNADC), carried out by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). The results revealed that the Northeast is the region with the greatest wage inequality, measured by the Gini Index, has the highest proportion of population employed in rural areas in 2019 and has the lowest average salary in Brazil. However, low ethnicity-based wage inequality was found in rural areas in the Northeast, while women receive, on average, higher pay than men.

Key words: Wage Inequality; Rural Northeast; Ethnicity; Gender.

1. Introdução

A história do Brasil é marcada por níveis notáveis de desigualdade social, um tema que ganhou destaque nos estudos acadêmicos a partir da década de 1970, tanto no cenário nacional quanto internacional. Entre a década de 1970 e meados da década de 1990, o país

testemunhou um aumento significativo da desigualdade, sendo o Nordeste identificado como uma das regiões mais afetadas por essa disparidade.

Esse aumento das desigualdades na década de 1970 está profundamente ligado ao padrão de crescimento econômico do Brasil, que seguia a lógica do modelo de acumulação, caracterizado pela subindexação salarial, que, por sua vez, contribuiu para a reconcentração de renda em favor das faixas populacionais de renda mais alta. Tal cenário se alinhou à recessão no início da década de 1980 e à orientação ortodoxa da política macroeconômica, fatores que contribuíram para o aumento da concentração de renda. Essa tendência de aumento da desigualdade persistiu até meados dos anos 1990, como apontado por Araújo e Moraes (2014).

Contudo, um ponto de inflexão ocorreu em 1994, marcando o início de uma fase de declínio da desigualdade de renda no Brasil, influenciado, em grande parte, pelo aumento dos salários dos trabalhadores com menor nível educacional, conforme observado por Rocha (2000). Os anos 2000 com essa tendência descendente, impulsionada pela expansão de políticas de transferência de renda e pela melhora no mercado de trabalho e aumento real dos salários. Entretanto, o cenário mudou com a crise econômica e política que eclodiu em 2014, revertendo a trajetória de queda da desigualdade em uma tendência que persistiu até 2018.

No âmbito regional, o Nordeste era a região brasileira mais atingida pela desigualdade social, medida pelo Índice de Gini, até 1995. A partir desse ano até 2005, a região experimentou uma trajetória contínua de redução da desigualdade, conseguindo superar essa condição e cedendo o título de maior desigualdade à região Centro-Oeste, até o final desse período (BERNI, 2007). No entanto, a partir de 2015, acompanhando a tendência nacional, essa tendência de melhoria no Nordeste foi revertida, conforme indicam os dados do IBGE (2022), que apontam para um acréscimo no Índice de Gini até 2019.

Helfand, Rocha e Vinhais (2009) observaram que a redução da desigualdade social no Brasil, entre 1998 e 2005, foi ainda mais acentuada nas áreas rurais. No período de 1995 a 2014, ocorreu uma diminuição tanto nas regiões urbanas quanto nas rurais do país, acompanhada de uma queda mais expressiva na proporção de indivíduos em situação de pobreza nas áreas rurais em comparação com a média nacional.

Desde a formulação da teoria econômica da discriminação no mercado de trabalho, por Becker (1957), a literatura tem caminhado para identificar as razões subjacentes às disparidades salariais e de renda. Borjas (2012) destacou a presença de discriminação no mercado de trabalho, que se manifesta entre trabalhadores de igual qualificação e ocupação, em função de fatores como etnia e gênero.

Diante do histórico de desigualdades sociais no Brasil e da persistente desigualdade na região Nordeste, essa pesquisa busca compreender a manifestação da desigualdade de renda no espaço rural dessa região, nos anos de 2015 e 2019. A escolha desse período se deu especialmente por ser o último ano antes da crise pandêmica e por ser também um período em que se observa um ponto de inflexão no crescimento da desigualdade, que até 2015 possuía uma tendência negativa e passou a se elevar até 2019. Essa compreensão visa investigar possíveis indícios de discriminação no mercado de trabalho, especificamente relacionados à etnia e gênero, nesse contexto específico. A análise dessas questões é de grande relevância, visto que pode orientar a formulação de políticas públicas que visem reduzir as disparidades econômicas e sociais no país. Além disso, a compreensão das nuances da desigualdade de renda por etnia e gênero, no espaço rural do Nordeste, pode fornecer informações valiosas para o planejamento de políticas direcionadas a essa região.

Embora haja diversos estudos sobre a diferença salarial no Brasil e no Nordeste, poucos deles se concentraram exclusivamente na análise da área rural da região. A falta de

pesquisas específicas sobre a região Nordeste, principalmente com dados mais recentes, a partir de 2015, evidencia a necessidade de realização de trabalhos aprofundados que possam contribuir para a literatura existente sobre a desigualdade salarial por etnia e sexo no espaço rural do Nordeste.

Assim, o objetivo dessa pesquisa é avaliar a desigualdade salarial por etnia e sexo, em 2015 e 2019, para o Nordeste rural. Para alcançar tal objetivo, procura-se especificamente i) Estudar o mercado de trabalho rural do Nordeste; ii) investigar o nível de desigualdade de renda no Nordeste rural; e iii) avaliar a existência e a intensidade de discriminação por etnia e sexo no mercado de trabalho rural do Nordeste brasileiro, para os anos de 2015 e 2019.

Para tanto, a pesquisa utilizou uma análise descritiva dos dados referentes aos anos propostos, comparando, sempre que relevante, a população geral (urbano e rural) com os ocupados rurais. Os dados utilizados dessa pesquisa foram obtidos na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para a extração dos dados foi utilizado o software STATA.

Além dessa introdução, esse ensaio é estruturado em mais três seções distintas. A segunda delas se dedica à apresentação da metodologia utilizada. A terceira trata dos resultados da pesquisa acerca da análise da região Nordeste, onde se evidencia a desigualdade salarial presente nesse contexto. São discutidos também os rendimentos do trabalho relacionados à etnia e ao sexo. Adicionalmente, apresenta-se uma análise detalhada das principais variáveis que exercem influência sobre a renda do trabalhador.

Por fim, a última seção desse ensaio desenvolve as considerações finais, em que os achados são sintetizados e discutidos à luz do contexto mais amplo. Essa seção é seguida das referências bibliográficas utilizadas como suporte ao longo da pesquisa, contribuindo para a validade e sustentação dos resultados e das conclusões apresentadas.

2. Aspectos Metodológicos

Nessa seção, descreve-se a metodologia adotada para conduzir a pesquisa, que visa avaliar a desigualdade salarial por etnia e sexo no espaço rural do Nordeste, nos anos de 2015 e 2019. Os passos seguidos para coletar e analisar os dados, bem como as principais ferramentas utilizadas, foram detalhados.

Para a realização desse artigo, utilizaram-se os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), uma fonte de dados ampla e confiável realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A PNADC fornece informações abrangentes sobre o mercado de trabalho no Brasil, incluindo dados sobre renda, ocupação, educação, etnia e gênero. Em um primeiro momento, realizou-se uma análise descritiva para o ano de 2019, a partir da visualização de dados por mapas criados pelo *software* GEODA, abordando uma comparação da desigualdade salarial entre a população geral de cada Unidade Federativa do Brasil e a população residente rural, enfatizando a diferença salarial por etnia e sexo e mantendo o foco nos estados do Nordeste.

Para a mensuração da desigualdade salarial foi calculado do Índice de Gini sobre os salários dos ocupados. O Índice de Gini é uma medida estatística que quantifica a desigualdade de renda em uma determinada população ou grupo. Varia de 0 a 1, onde 0 representa igualdade total (todos têm a mesma renda) e 1 representa desigualdade total (uma pessoa detém toda a renda). O cálculo do Índice de Gini envolve a representação gráfica da curva de Lorenz, que ilustra a distribuição acumulada da renda em relação à distribuição igualitária. Quanto mais a curva de Lorenz se desvia da linha de igualdade, maior é a desigualdade.

Em um segundo momento, o foco se voltou para a análise dos ocupados rurais do Nordeste, para os anos propostos, a partir da média dos quatro trimestres de cada ano, trazendo como informações as taxas de Ocupação, Desalento e Informalidade, bem como a média da escolaridade e salário-hora por etnia e sexo, comparando com os resultados do espaço urbano. Por fim, avaliou-se, para cada trimestre de 2015 e 2019 e apenas para o rural do Nordeste, fatores relevantes do mercado de trabalho, como a pluriatividade e a diferença salarial por etnia e sexo.

3. Análise Regional: O Nordeste em foco

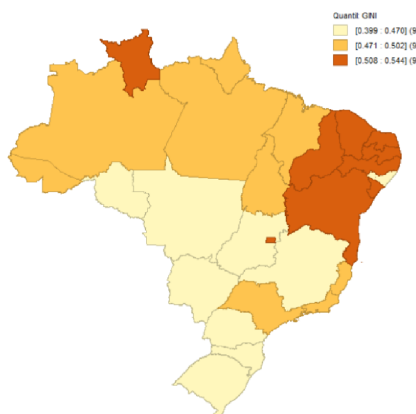
A desigualdade de renda no Brasil é um fenômeno histórico, e, no ano de 2019, o Nordeste despontou como a região mais desigual, conforme evidenciado no Mapa 1. Essa região, composta por nove estados - Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe - apresenta uma realidade socioeconômica diversa, caracterizada por fortes disparidades. Ao explorar a desigualdade no contexto rural nordestino, é essencial considerar não apenas as diferenças econômicas, mas também as nuances relacionadas à etnia e ao sexo. Através de uma análise que desagrega os dados por etnia e sexo, busca-se compreender as dinâmicas específicas que contribuem para a perpetuação da desigualdade e, ao mesmo tempo, identificar possíveis estratégias para mitigá-la.

A desigualdade rural no Nordeste vai além das barreiras socioeconômicas e reflete a interseção complexa de fatores étnicos e de gênero. A população rural nordestina é composta por uma diversidade étnica e culturalmente rica, resultante da mistura de diferentes grupos e tradições ao longo dos séculos. No entanto, essas diferenças por etnia frequentemente estão associadas às disparidades significativas no acesso a recursos, oportunidades econômicas e serviços básicos. Além disso, a desigualdade de gênero também se manifesta de maneira expressiva no contexto rural, influenciando a distribuição de trabalho, o acesso à educação, a participação política e outras dimensões da vida cotidiana.

3.1 Desigualdade no Nordeste por estado: um panorama socioeconômico e a interseção de etnia e gênero

Ao analisar o Mapa 1, que representa o Índice de Gini com base nos salários por hora dos ocupados em cada estado brasileiro, percebe-se uma forte concentração de desigualdade no Nordeste. Dos nove estados com os maiores níveis de desigualdade, sete estão localizados nessa região, abrangendo aproximadamente 77,78% do território nordestino no quantil com os valores mais altos do Índice de Gini. Esses resultados destacam a persistência de disparidades socioeconômicas nessa área do país. No entanto, é importante mencionar exceção para Alagoas, que se destaca dos demais estados nordestinos ao apresentar um Índice de Gini que o posiciona no quantil com menor desigualdade. Essa observação sugere a existência de dinâmicas socioeconômicas distintas em diferentes partes do Nordeste, o que justifica essa análise espacial por Unidade Federativa e não apenas pelas grandes regiões do Brasil.

Mapa 1 - Índice de Gini do salário-hora por Unidade Federativa do Brasil - 2019



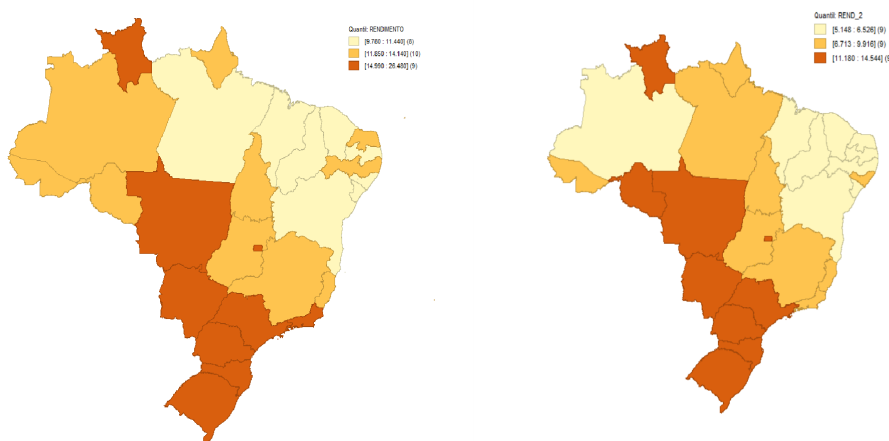
Fonte: Elaboração própria com base em dados da PNAD Contínua (IBGE, 2019).

Além das questões de desigualdade, é relevante ressaltar os baixos salários-hora no Nordeste, comparados a outras regiões do Brasil. Ao observar o Mapa 2, fica evidente que sete dos oito estados com menor salário-hora médio estão localizados na região. Essa disparidade salarial indica a existência de notórios desafios regionais em termos de remuneração do trabalho.

Essa dinâmica se estende também ao cenário rural, como evidenciado pelo Mapa 2, o qual revela que oito dos nove estados brasileiros com menor média de salário-hora para trabalhadores rurais estão localizados no Nordeste brasileiro. Essa conjuntura ressalta a importância de uma análise mais abrangente dos fatores estruturais e socioeconômicos que contribuem para a remuneração modesta no setor de trabalho na região. Além disso, aponta para a necessidade de elaborar estratégias e políticas que visem aprimorar as condições salariais dos trabalhadores nordestinos, tanto nas áreas urbanas quanto rurais.

É relevante enfatizar a substancial discrepância existente entre a média de salário-hora dos trabalhadores em geral e daqueles que residem exclusivamente no espaço rural. Essa disparidade por si só já evidencia uma forte desigualdade entre as ocupações urbanas e rurais.

Mapa 2: Salário-hora médio por Unidade Federativa do Brasil, Ocupados e Ocupados Rurais, 2019.

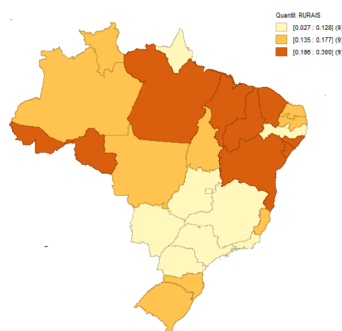


Fonte: Elaboração própria com base em dados da PNAD Contínua (IBGE, 2019).

A análise do Mapa 3 pode-se demonstrar uma compreensão mais aprofundada da importância do setor rural em cada Unidade Federativa do Brasil. Esse mapa ilustra o percentual de ocupados rurais em relação ao total de ocupados de cada estado. Nesse contexto, emerge de forma clara a relevância do setor rural para as regiões Norte e Nordeste do país, merecendo especial destaque a região nordestina. Nela estão localizados seis dos nove estados brasileiros com maior proporção de ocupados rurais.

Essa contextualização se torna imprescindível para justificar o enfoque desse estudo na análise da desigualdade salarial exclusivamente entre os trabalhadores rurais do Nordeste. A expressiva presença do setor rural na região aponta inequivocamente para a necessidade de compreender as particularidades desse segmento e as complexas dinâmicas socioeconômicas que o permeiam. Nesse sentido, torna-se possível direcionar esforços e políticas públicas específicas, visando a promoção de uma maior equidade salarial e a melhoria substancial das condições de trabalho no âmbito rural do Nordeste.

Mapa 3 - Percentual de ocupados rurais por Unidade Federativa do Brasil - 2019



Fonte: Elaboração própria com base em dados da PNAD Contínua (IBGE, 2015 e 2019).

Para analisar a diferença salarial entre homens e mulheres e também entre brancos e não brancos, criou-se uma variável que representa a subtração da média do salário por hora trabalhada entre os dois grupos. Essa variável permite desagregar a diferença em cinco categorias distintas, oferecendo uma visão mais detalhada da disparidade salarial por etnia e sexo em cada estado.

A primeira categoria, denominada 'Muito abaixo', engloba os estados em que as mulheres recebem salários inferiores aos dos homens, ou em que os Não brancos recebem salários inferiores aos Brancos, com uma diferença mínima de quatro reais por hora trabalhada. A categoria 'Abaixo' abrange as diferenças salariais abaixo de R\$ 4,00, chegando até R\$ 2,00 por hora trabalhada. Por sua vez, a categoria 'Equilibrado' refere-se aos casos em que a diferença salarial é menor do que R\$ 2,00, indicando uma relativa igualdade entre os salários de homens e mulheres ou Brancos e Não brancos. Já as categorias 'Acima' e 'Muito acima' representam os valores em que as mulheres recebem salários superiores aos dos homens ou os Não brancos recebem acima dos Brancos, com diferenças salariais de R\$ 2,00 a menos de R\$ 4,00 e acima de R\$ 4,00 por hora trabalhada, respectivamente.

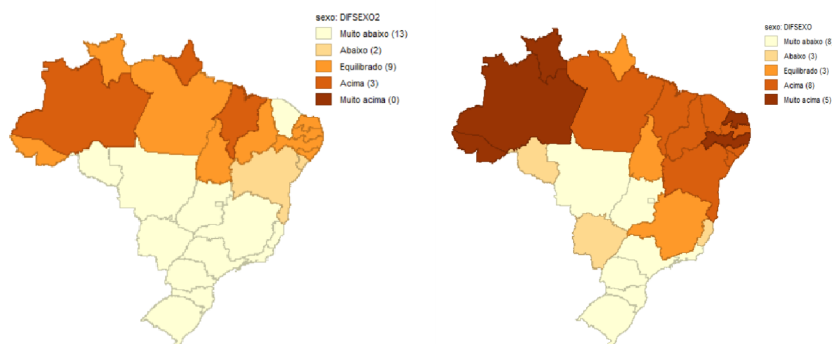
Ao se observar o Mapa 4, que retrata a diferença salarial de gênero no Brasil, pode-se constatar que, com exceção dos estados do Norte e Nordeste, as mulheres ganham significativamente menos que os homens. No entanto, no Nordeste, apenas o estado do Ceará apresenta uma situação em que as mulheres recebem salários classificados como 'Muito abaixo' em relação aos homens, enquanto, no Maranhão, as mulheres recebem salários

classificados como 'Acima'. Os estados da Bahia e Sergipe se caracterizam por uma diferença salarial em que as mulheres ganham abaixo dos homens. Por outro lado, os demais estados da região Nordeste estão na categoria 'Equilibrado', indicando uma relativa igualdade salarial entre os gêneros. Não há no rural brasileiro nenhuma Unidade Federativa em que as mulheres, em 2019, tivessem a classificação de receber um salário 'Muito Acima' do que os homens.

No contexto específico dos ocupados rurais, é possível observar uma alteração nos resultados da remuneração média por hora trabalhada, quando se comparam homens e mulheres. Conforme destacado na segunda parte do Mapa 4, nos estados do Nordeste, as mulheres recebem salários acima dos homens, com o Rio Grande do Norte e Pernambuco sendo classificados na categoria 'Muito acima'. Essa discrepância salarial entre gêneros no emprego rural ressalta as diferenças e as peculiaridades existentes nesse setor, evidenciando a importância de um estudo mais específico para a região.

Os dados apresentados no Mapa 4 reforçam a necessidade de compreender as particularidades da desigualdade salarial de gênero no contexto rural do Nordeste. Essa diferença salarial pode ser influenciada por diversos fatores, como características socioeconômicas, divisão tradicional de gênero no trabalho rural, acesso a oportunidades de emprego e negociação salarial, entre outros. Portanto, é fundamental aprofundar a análise e investigar os motivos subjacentes a essa disparidade para desenvolver estratégias que promovam a igualdade salarial e a valorização do trabalho feminino no setor rural do Nordeste.

Mapa 4 - Nível de Diferença Salarial por sexo para todos os ocupados e para os ocupados rurais por Unidade Federativa do Brasil - 2019



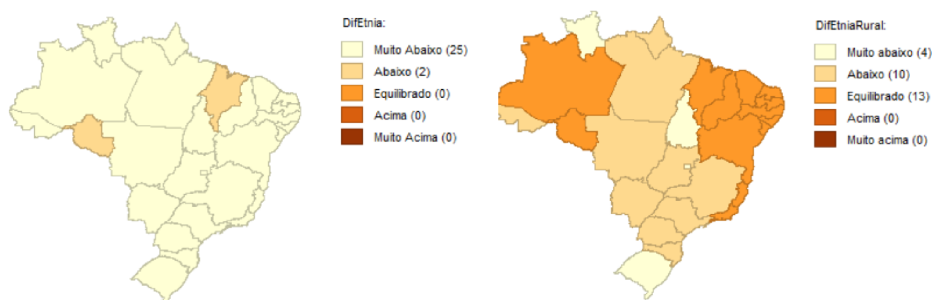
Fonte: Elaboração própria com base em dados da PNAD Contínua (IBGE, 2019).

Ao se analisar a diferença salarial por etnia, em todas as Unidades Federativas do Brasil, é possível observar que os brancos possuem um salário-hora médio maior em relação aos não brancos, conforme evidenciado no Mapa 5. Apenas os estados de Rondônia, no Norte e do Maranhão, no Nordeste, estão classificados como os Não brancos recebendo 'Abaixo' dos Brancos, enquanto em todas as outras Unidades Federativas, essa diferença é classificada como 'Muito abaixo'. A disparidade salarial por etnia pode ser influenciada por diversos fatores, como discriminação racial no mercado de trabalho, acesso desigual a oportunidades de emprego, diferenças educacionais e histórico de exclusão social (RAMOS, 2022). Não se identificam estados em que os Não brancos ganhassem 'Acima' ou 'Muito acima' do que os Brancos. No contexto específico do Nordeste, todos os estados estão na classificação 'Equilibrado', o que indica menor desigualdade entre Brancos e Não brancos.

Já no contexto Rural, apesar de não haver nenhum estado em que os Não brancos ganhassem 'Acima' ou 'Muito acima' do que os Brancos, essa diferença é menor, com apenas

quatro estados classificados como 'Muito abaixo'. No contexto específico do rural do Nordeste, todos os estados estão classificados como 'Equilibrado', o que indica menor desigualdade entre Brancos e Não brancos. Essa menor disparidade salarial por etnia, no meio rural do Nordeste, pode ser influenciada por uma série de fatores, como a composição étnica da população rural, características específicas do mercado de trabalho rural na região, políticas públicas voltadas para a inclusão e para a valorização dos trabalhadores não brancos, entre outros. No entanto, é importante ressaltar que mesmo com uma menor disparidade salarial, ainda existem desafios e desigualdades a serem enfrentados, especialmente considerando outros aspectos socioeconômicos e de acesso a oportunidades no meio rural (BACCHI *et al.*, 2017).

Mapa 5 - Nível de Diferença Salarial por etnia para todos os ocupados e para os ocupados rurais por Unidade Federativa do Brasil - 2019



Fonte: Elaboração própria com base em dados da PNAD Contínua (IBGE, 2019).

Essa análise destaca a importância de continuar monitorando e investigando as disparidades salariais por etnia no contexto rural do Nordeste, buscando compreender os fatores por trás dessas diferenças e trabalhando para promover a igualdade de oportunidades e o combate às desigualdades em todas as dimensões do mercado de trabalho e da sociedade como um todo.

Em suma, a região Nordeste do Brasil se destaca pela sua alta desigualdade de renda, tendo o meio rural características peculiares. A análise da desigualdade, considerando as dimensões étnicas e de gênero, torna-se fundamental para compreender as dinâmicas específicas que perpetuam essa disparidade. O Índice de Gini evidencia a desigualdade salarial no Nordeste, sendo que a região também apresenta baixos salários-hora em comparação com outras regiões do país. Além disso, a relevância do setor rural para o Nordeste ressalta a importância de analisar a desigualdade salarial entre os ocupados rurais nessa região. Essa análise mais aprofundada permite identificar possíveis caminhos para mitigar as disparidades e promover uma distribuição mais equitativa de recursos e oportunidades.

3.2 Análise comparativa da estrutura socioeconômica no Nordeste: um olhar sobre o setor Rural e Urbano por etnia e sexo (2015 e 2019)

A presente subseção mostra uma análise comparativa da estrutura socioeconômica no Nordeste, com enfoque nos setores rural e urbano e explora as interseções de etnia e sexo. Os dados utilizados, extraídos da PNAD Contínua Trimestral e referentes aos anos de 2015 e 2019, fornecem a base para investigar as desigualdades salariais, ocupacionais e educacionais nessas duas dimensões geográficas, bem como sua relação com as variáveis de etnia e sexo.

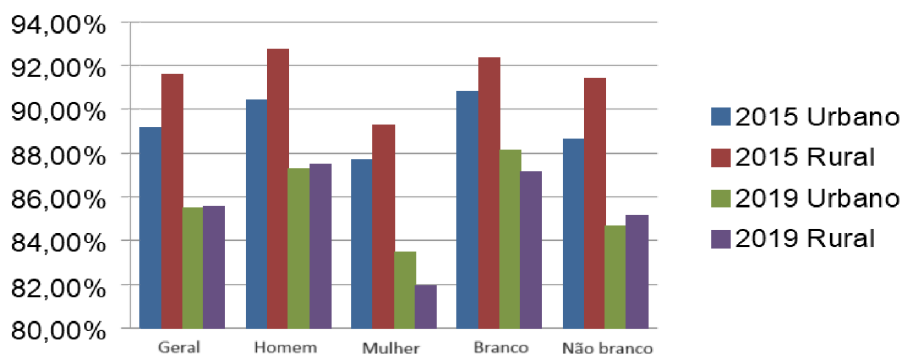
Os principais indicadores utilizados nessa análise abrangem o salário-hora médio, o índice de Gini, a taxa de ocupação, a taxa de informalidade e a escolaridade média. Essas variáveis proporcionam uma visão ampla da estrutura socioeconômica da região, permitindo a identificação de possíveis padrões de desigualdade e mudanças ao longo do período analisado.

A segmentação por etnia e sexo desempenha um papel fundamental na compreensão das desigualdades sociais em questão. Por meio dessa abordagem, busca-se examinar a interação desses fatores com o contexto geográfico (Rural e Urbano) e como isso pode influenciar a distribuição de recursos e oportunidades no Nordeste.

Ao analisar a taxa de ocupação, entre os anos de 2015 e 2019 (Gráfico 1), é possível observar uma redução significativa nesse indicador, que afetou tanto o setor urbano quanto o setor rural no Nordeste do Brasil. Notavelmente, a taxa de ocupação no setor rural apresentou uma queda mais acentuada, aproximando-se da taxa do setor urbano em 2019. Essa redução é evidenciada pela diminuição da diferença entre as taxas de ocupação rural e urbana, que passou de 2,4%, em 2015, para apenas 0,05%, em 2019.

Uma análise mais detalhada revela que, em 2015, a taxa de ocupação era maior no setor rural para todas as categorias avaliadas no Gráfico 1. No entanto, em 2019, ocorreu uma mudança significativa nesse padrão. Especificamente, as categorias que já são minoria nas ocupações rurais, como mulheres e pessoas brancas, passaram a apresentar taxas de ocupação inferiores ao setor urbano. Isso indica que a redução da taxa de ocupação no setor rural afetou de forma desproporcional esses grupos, resultando em uma tendência de convergência das taxas de ocupação entre o meio rural e urbano.

Gráfico 1 – Nordeste - Percentual de Ocupados rurais e urbanos por etnia e sexo - 2015 e 2019



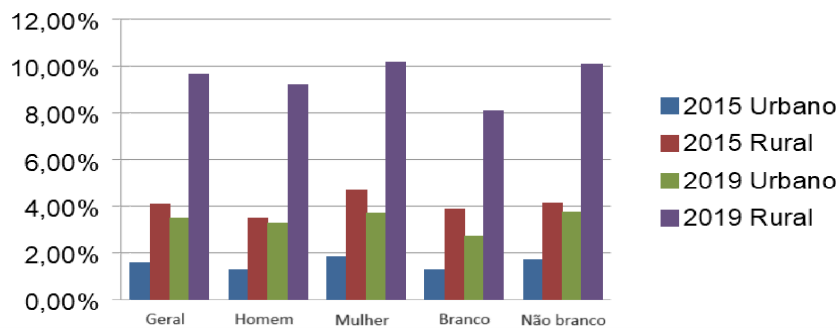
Fonte: Elaboração própria com base em dados da PNAD Contínua Trimestral (IBGE, 2015; 2019).

Essa mudança pode ser atribuída a diversos fatores. Por exemplo, a modernização e a mecanização do setor agrícola podem ter contribuído para a diminuição da demanda por mão de obra no meio rural (BRUMER, 2004). Além disso, outros setores econômicos, como serviços e indústria, podem ter apresentado um crescimento relativamente maior no meio urbano, haja vista a recuperação da crise que teve seu ápice em 2015, oferecendo mais oportunidades de emprego nessa região para os grupos de maior escolaridade. Essa dinâmica pode ter levado a uma migração de trabalhadores do meio rural para o meio urbano em busca de melhores condições de trabalho e renda, além do fato de que os homens são culturalmente vistos como sucessores do patrimônio rural e agrícola, o que torna as mulheres mais propensas a migrarem para o urbano (BREITENBACH; CORAZZA, 2019).

No entanto, é importante ressaltar que a análise desses dados não permite identificar as causas precisas dessa redução na taxa de ocupação e a convergência entre os setores rural e urbano. Para uma compreensão mais abrangente desse fenômeno, seria necessário considerar outros indicadores econômicos e sociais, bem como realizar estudos mais aprofundados sobre as transformações estruturais e as políticas públicas adotadas na região.

Ao analisar o Gráfico 2, pode-se notar uma tendência entre os anos de 2015 e 2019, no Nordeste do Brasil, para além da queda na taxa de ocupação, de um aumento significativo na taxa de desalentados, tanto no meio rural quanto no meio urbano. Essa tendência sugere que um número crescente de pessoas desistiu de procurar emprego devido à falta de oportunidades e/ou à descrença na possibilidade de encontrar trabalho.

Gráfico 2 – Nordeste - Número de Desalentados rural e urbano por etnia e sexo - 2015 e 2019



Fonte: Elaboração própria com base em dados da PNAD Contínua Trimestral (IBGE, 2015; 2019).

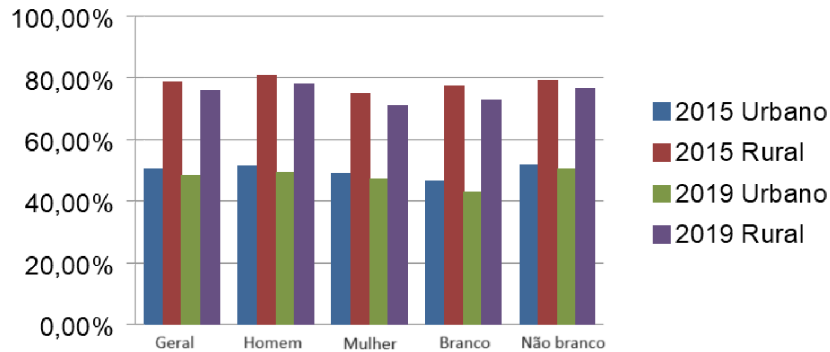
É importante ressaltar que esse aumento na taxa de desalentados afeta de forma desproporcional certos grupos populacionais, especialmente mulheres e pessoas não brancas. Esses grupos apresentam um número relativo maior de desalentados, o que indica que estão enfrentando dificuldades adicionais na busca por emprego.

Existem várias razões possíveis para esse fenômeno. Uma delas é a persistente desigualdade de gênero e racial no mercado de trabalho, que pode resultar em barreiras e discriminação na hora de encontrar emprego. Além disso, fatores estruturais, como a falta de investimento em setores produtivos e a precarização do trabalho, podem contribuir para a redução das oportunidades de emprego e, conseqüentemente, para o aumento da taxa de desalentados (BRANDÃO, 2021).

Ao analisar a taxa de informalidade (Gráfico 3), é perceptível uma leve redução tanto no setor urbano quanto no setor rural, no período de 2015 a 2019. Essa redução pode ser atribuída a diversos fatores, sendo um deles o fato de que o emprego informal tende a ser menos estável, mais afetado por ajustes cíclicos do mercado de trabalho do que o emprego formal. Com a diminuição da taxa de ocupação, é comum que os trabalhadores informais sejam os primeiros a sofrer as conseqüências dessa redução, o que pode resultar em uma queda na taxa de informalidade.

Além disso, é relevante observar que tanto no setor urbano quanto no setor rural, a informalidade apresenta uma maior incidência entre homens e trabalhadores não brancos. Isso pode estar relacionado a diferentes fatores socioeconômicos, como acesso desigual a oportunidades de emprego formal, níveis de educação e capacitação, bem como discriminação estrutural.

Gráfico 3 – Nordeste - Taxa de Informalidade rural e urbano por etnia e sexo - 2015 e 2019

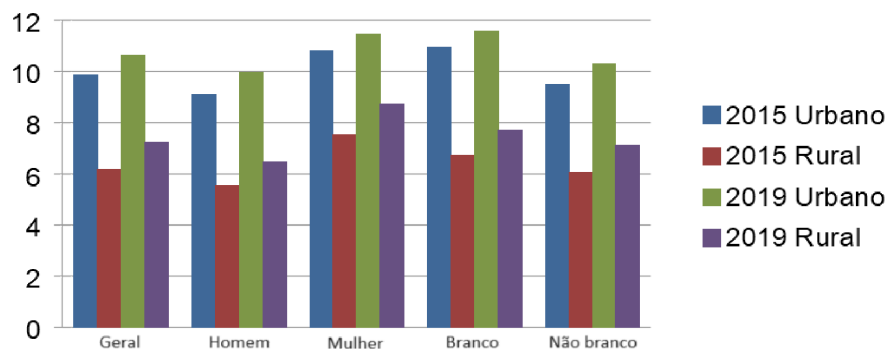


Fonte: Elaboração própria com base em dados da PNAD Contínua Trimestral (IBGE, 2015; 2019).

Ao examinar o Gráfico 4, pode-se observar que houve um aumento na escolaridade média dos ocupados, tanto no setor rural quanto no setor urbano, entre os anos analisados. Essa elevação da escolaridade média pode indicar avanços na educação e qualificação da força de trabalho durante esse período.

É importante ressaltar que, mesmo com o aumento da escolaridade média, o setor rural ainda apresenta um nível significativamente mais baixo, comparado ao setor urbano. Essa disparidade pode estar associada a fatores como acesso limitado a oportunidades educacionais, infraestrutura precária em áreas rurais, desigualdades socioeconômicas e falta de incentivos para a qualificação profissional no meio rural, haja vista que a atividade agrícola, por ser em grande parte das vezes de característica familiar, está repleta de trabalhadores com baixa escolaridade (PAULA JUNIOR, 2019).

Gráfico 4 – Nordeste - Escolaridade média em anos de estudo dos ocupados rurais e urbanos por etnia e sexo - 2015 e 2019



Fonte: Elaboração própria com base em dados da PNAD Contínua Trimestral (IBGE, 2015 e 2019).

Quanto à relação entre escolaridade e informalidade, é possível observar uma correlação inversa. Grupos com maior escolaridade, como os ocupados no setor urbano, mulheres e trabalhadores brancos, tendem a apresentar menor taxa de informalidade. Isso pode ser explicado pelo fato de que a educação e qualificação profissional podem proporcionar melhores oportunidades de emprego formal, com maior estabilidade, proteção social e acesso a benefícios trabalhistas (BALASSIANO; SEABRA; LEMOS, 2005).

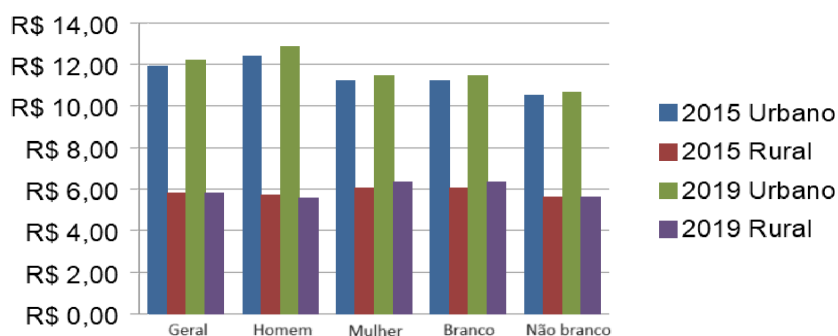
No entanto, é importante destacar que essa relação não é determinística e que outros fatores também influenciam a taxa de informalidade, como o contexto econômico, a disponibilidade de empregos formais, a estrutura produtiva de cada setor e as condições socioeconômicas de cada região.

Ao examinar a remuneração média por hora trabalhada no Nordeste, a partir do Gráfico 5, constata-se que houve pouca variação entre os anos de 2015 e 2019. Isso pode indicar uma relativa estabilidade nos níveis salariais durante esse período na região.

Observa-se que os grupos com maiores remunerações são os ocupados no setor urbano, homens e trabalhadores brancos. No contexto urbano, mesmo que os homens apresentem uma escolaridade média inferior às mulheres e uma menor taxa de formalidade, eles tendem a receber salários mais altos. Isso sugere que outros fatores, como a segregação ocupacional, negociação salarial e barreiras estruturais, podem estar contribuindo para essa disparidade salarial de gênero, o que somente pode ser constatado a partir de um modelo estatístico de decomposição, assim como o proposto nesse estudo.

No entanto, no setor rural, uma dinâmica relativamente diferente é observada. As mulheres apresentam uma remuneração média ligeiramente superior à dos homens, além de possuírem maior taxa de formalidade e escolaridade média mais elevada. Essa situação pode ser resultado de fatores específicos do setor rural, como a valorização de atividades desempenhadas pelas mulheres, diferentes padrões de ocupação e dinâmicas de mercado de trabalho específicas dessa área.

Gráfico 5 – Nordeste - Salário-hora médio dos ocupados rurais e urbanos por etnia e sexo - 2015 e 2019



Fonte: Elaboração própria com base em dados da PNAD Contínua Trimestral (IBGE, 2015 e 2019).

Acerca do Índice de Gini, que mede o nível de desigualdade do salário hora para cada um dos grupos estudados, o Gráfico 6 aponta para um leve aumento da desigualdade entre 2015 e 2019. Além disso, é possível observar que há uma maior desigualdade significativa entre o urbano e o rural, indicando um salário por hora mais desigual no urbano do que no rural. Tanto no urbano quanto no rural, os brancos possuem maior desigualdade do que os não brancos. Quanto ao gênero, enquanto no urbano o salário dos homens é mais desigual, no rural é o salário da mulher que apresenta maior índice de Gini. A diferença do Índice de Gini entre brancos e não brancos no rural é pequena, enquanto entre homens e mulheres é maior.

Ao examinar o Índice de Gini, que mede o nível de desigualdade salarial por hora entre os grupos analisados, o Gráfico 6 revela um ligeiro aumento da desigualdade nos anos analisados. Essa tendência sugere que a disparidade salarial entre os grupos estudados se ampliou nesse período.

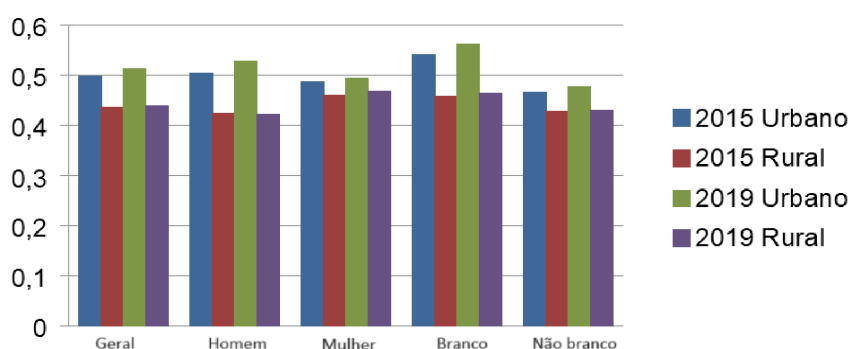
Uma observação importante é que a desigualdade salarial é mais pronunciada no setor urbano em comparação ao setor rural. Isso indica que o salário por hora no ambiente urbano é mais desigual relativo ao ambiente rural. Essa diferença pode estar relacionada a uma série de fatores, como a concentração de empregos de maior remuneração nas áreas urbanas, as diferenças nas estruturas ocupacionais, a segregação ocupacional e as dinâmicas do mercado de trabalho em cada contexto.

Além disso, o Gráfico 6 destaca que os brancos apresentam uma maior desigualdade salarial em relação aos não brancos, nos espaços urbano e rural. Isso significa que os trabalhadores brancos têm uma distribuição de salários mais desigual em comparação aos trabalhadores não brancos.

No que diz respeito ao gênero, há uma diferenciação entre os setores urbano e rural. No ambiente urbano, a desigualdade salarial é maior entre os homens, indicando que os homens enfrentam uma disparidade salarial mais acentuada em relação às mulheres. Já no ambiente rural, a desigualdade salarial é maior entre as mulheres, apontando que as trabalhadoras rurais enfrentam uma maior disparidade em seus salários em comparação aos trabalhadores rurais.

É interessante notar que a diferença do Índice de Gini entre brancos e não brancos, no setor rural, é relativamente pequena, o que sugere uma menor desigualdade salarial por etnia nesse contexto. No entanto, a diferença entre homens e mulheres é mais significativa, indicando uma disparidade salarial de gênero mais acentuada no setor rural.

Gráfico 6 – Nordeste - Índice de Gini do salário dos ocupados rurais e urbanos por etnia e sexo - 2015 e 2019



Fonte: Elaboração própria com base em dados da PNAD Contínua Trimestral (IBGE, 2015 e 2019).

Esses resultados ressaltam a complexidade da desigualdade salarial e a importância de serem consideradas múltiplas dimensões, como gênero e etnia, e que as disparidades salariais existentes no Nordeste podem ser compreendidas de forma diferente, de acordo com o contexto em análise (urbano/rural).

3.3 Análise Temporal da condição de Pluriatividade e dos Salários Setor no Rural do Nordeste: Um Estudo Comparativo entre 2015 e 2019

A presente subseção estuda a condição de pluriatividade do ocupado Rural do Nordeste, bem como o salário-hora na média e por quantil, por sexo e etnia. As análises foram feitas observando as oscilações por trimestre dos anos de 2015 e 2019, com o intuito de melhor compreender o rural e sua sazonalidade.

O termo 'pluriatividade' é usado, nesse estudo, para se referir à condição de indivíduos que trabalham simultaneamente em mais de um emprego, conforme proposto por Silva (1999) ao descrever o chamado 'novo rural brasileiro'.

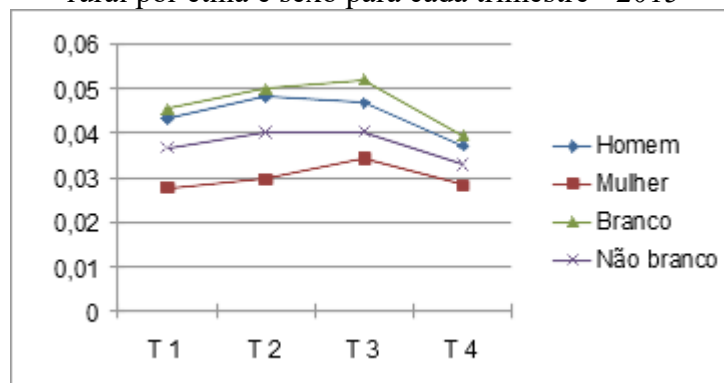
É importante ressaltar que, devido às particularidades da base de dados utilizada, no caso a PNAD Contínua Trimestral, não é possível identificar como pluriativo aquele que, em um trimestre, trabalhe em uma atividade e, em outro trimestre, trabalhe em outra atividade. Isso ocorre devido à falta de dados em formato de painel, que permitiriam rastrear as variações de emprego ao longo do tempo para os mesmos indivíduos.

Dessa forma, a pluriatividade no setor rural do Nordeste foi tratada considerando as pessoas que realizam múltiplos empregos simultaneamente no mesmo trimestre, buscando compreender a sua relevância e suas implicações no contexto socioeconômico da região.

Com base na análise do Gráfico 7, é possível identificar diferenças significativas entre os grupos no que diz respeito à pluriatividade, ou seja, o trabalho simultâneo em mais de um emprego no mesmo trimestre em 2015. Os dados revelam que os brancos e os homens apresentam um maior percentual de ocupados envolvidos nessa prática em comparação aos não brancos e às mulheres, respectivamente.

Além disso, é interessante observar a variação da pluriatividade ao longo dos trimestres. Os resultados indicam uma oscilação nos percentuais de ocupados com múltiplos empregos, com o terceiro trimestre apresentando a situação mais alta e o quarto trimestre mostrando o resultado mais baixo. Essa flutuação pode estar relacionada a fatores sazonais ou específicos do contexto rural, como atividades agrícolas sazonais, variações na demanda por mão de obra ou condições climáticas que impactam a disponibilidade de empregos adicionais.

Gráfico 7 – Nordeste - Porcentagem de Ocupados classificados como Pluriativos no espaço rural por etnia e sexo para cada trimestre - 2015



Fonte: Elaboração própria com base em dados da PNAD Contínua Trimestral (IBGE, 2015; 2019).

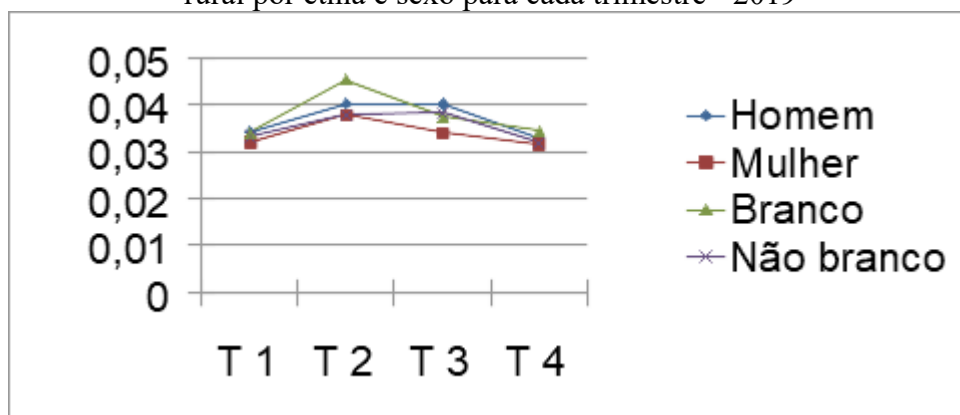
A análise do Gráfico 8 revela padrões distintos, entre os anos de 2015 e 2019, em relação à pluriatividade no rural nordestino, considerando diferentes grupos por sexo e etnia. Observa-se que, no geral, os trimestres 1 e 4 apresentam pouca diferença entre os grupos analisados.

No entanto, o segundo trimestre se destaca como o período com maior discrepância entre os grupos observados, especialmente em relação às pessoas brancas. Nesse trimestre, 4,53% da população branca estavam envolvidas em atividades pluriativas, sendo o valor mais alto registrado ao longo da série. No entanto, é importante ressaltar que esse resultado de 2019 ficou abaixo do desempenho do mesmo grupo no segundo trimestre de 2015, indicando uma queda na pluriatividade entre esses períodos.

É interessante notar que, no terceiro trimestre de 2019, o percentual de brancos envolvidos em múltiplos e simultâneos empregos ficou abaixo do percentual de não brancos, uma situação observada apenas nesse trimestre e somente em 2019. Essa inversão de papéis em relação à pluriatividade entre brancos e não brancos, no trimestre em análise, destaca uma possível mudança na dinâmica do trabalho rural nesse período específico.

Em geral, os resultados indicam que, ao longo da série analisada, os homens e os brancos apresentam os maiores percentuais de ocupados com pluriatividade. Essas observações ressaltam a existência de desigualdades e padrões específicos relacionados à pluriatividade no setor rural do Nordeste, demandando uma análise mais aprofundada para compreender os fatores que contribuem para tais diferenças e suas implicações socioeconômicas.

Gráfico 8 – Nordeste - Porcentagem de Ocupados classificados como Pluriativos no espaço rural por etnia e sexo para cada trimestre - 2019



Fonte: Elaboração própria com base em dados da PNAD Contínua Trimestral (IBGE, 2015; 2019).

O Gráfico 9 apresenta a diferença salarial por sexo e etnia ao longo dos trimestres de 2015 e 2019, no setor rural do Nordeste. Essa análise permite observar as oscilações dessas diferenças ao longo do tempo. No gráfico, são representadas quatro linhas, correspondendo à diferença salarial entre homens e mulheres e entre brancos e não brancos, para 2015 e 2019.

Em todos os períodos avaliados, observa-se que os homens e os brancos apresentam salários mensais mais altos comparados às mulheres e aos não brancos, respectivamente. Essa diferença salarial é consistente ao longo dos trimestres analisados, evidenciando a existência de desigualdades salariais baseadas no sexo e na etnia no contexto rural do Nordeste.

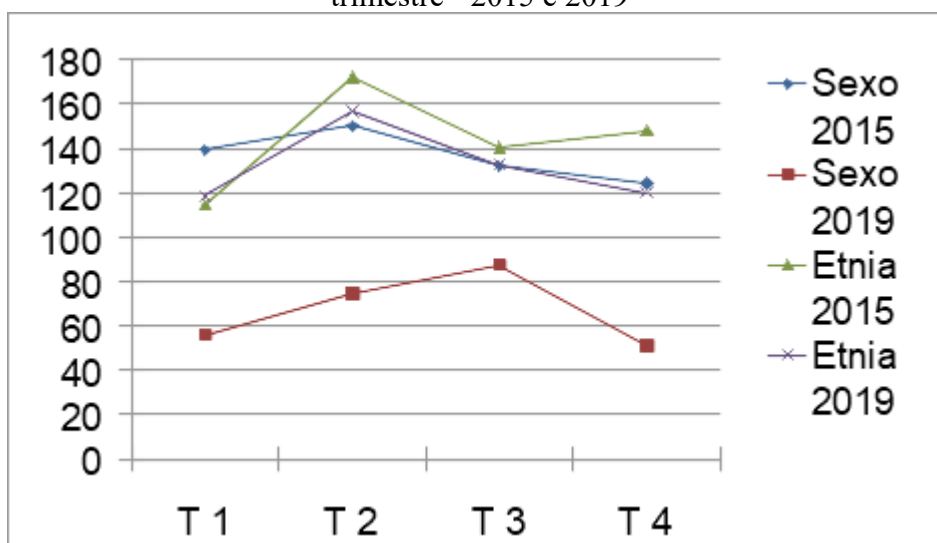
Uma observação relevante é a redução significativa da diferença salarial por sexo entre 2015 e 2019. Essa diminuição indica um movimento em direção a uma maior equidade salarial entre homens e mulheres, no período analisado. Além disso, é importante ressaltar que a diferença salarial por sexo apresenta uma grande oscilação entre os trimestres, o que pode indicar a presença de fatores sazonais ou conjunturais que influenciam essa disparidade salarial ao longo do ano, principalmente pela informalidade, que é predominante nos homens.

Em relação à diferença salarial entre brancos e não brancos, também é possível observar uma redução entre 2015 e 2019, porém, em magnitude menor em comparação com a diferença salarial por sexo. Além disso, a oscilação dessa diferença ao comparar os mesmos trimestres de cada ano é muito semelhante, sugerindo uma relativa estabilidade nessa disparidade salarial ao longo do tempo.

Esses resultados evidenciam a existência de desigualdades salariais no setor rural do Nordeste com base no sexo e na etnia. A redução da diferença salarial por sexo ao longo dos anos é um indicativo positivo, contudo, ainda há espaço para avanços na busca por maior equidade salarial. A estabilidade da diferença salarial entre brancos e não brancos aponta para a persistência de desigualdades raciais no contexto laboral rural, demandando ações voltadas para sua redução e eliminação.

É importante ressaltar que essas análises são baseadas em diferenças salariais médias e que uma análise mais aprofundada, considerando outras variáveis e utilizando técnicas econômicas adequadas, pode fornecer uma compreensão mais completa dos fatores que contribuem para essas disparidades salariais e suas implicações socioeconômicas.

Gráfico 9 – Nordeste - Diferença salarial por sexo e etnia no espaço rural para cada trimestre - 2015 e 2019



Fonte: Elaboração própria com base em dados da PNAD Contínua Trimestral (IBGE, 2015 e 2019).

O Gráfico 10 apresenta a diferença da média do salário-hora por sexo e etnia, levando em consideração o número de horas trabalhadas, o que proporciona uma mensuração mais adequada do diferencial salarial entre os grupos. Conforme destacado por Catelan *et al.* (2023), essa abordagem considera a quantidade de horas trabalhadas, o que pode explicar parte das diferenças salariais observadas.

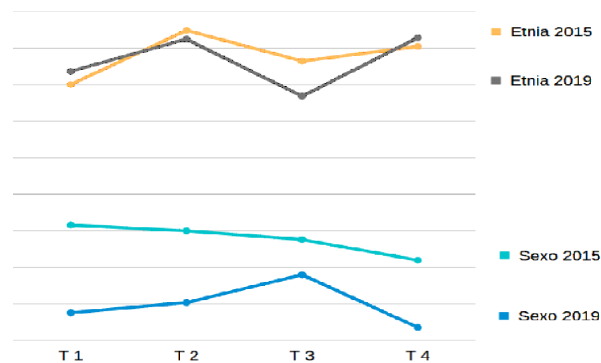
Ao analisar a diferença salarial por sexo, observa-se uma mudança significativa em relação ao Gráfico 9. O Gráfico 10 revela que as mulheres têm uma média de salário-hora superior à dos homens, especialmente em 2019. Essa constatação sugere que a quantidade de horas trabalhadas desempenha um papel importante na explicação da diferença salarial observada no Gráfico 9. A diferença salarial entre homens e mulheres, portanto, pode ser atribuída, em parte, às diferenças no número de horas trabalhadas, com as mulheres trabalhando menos horas em média.

No que diz respeito à diferença salarial entre brancos e não brancos, observa-se que os brancos têm uma média de salário-hora mais alta do que os não brancos, em todos os trimestres e anos analisados. Embora a diferença salarial seja consistente ao longo do tempo, é possível identificar algumas oscilações entre os trimestres, quando se compara 2015 e 2019. Destaca-se que, nos primeiros e quartos trimestres, houve um aumento na diferença salarial entre brancos e não brancos em 2019, ainda que de magnitude pequena. Essas variações

indicam uma relativa estabilidade na disparidade salarial entre brancos e não brancos ao longo dos anos.

Essas observações corroboram a importância de considerar o salário-hora, levando em conta o número de horas trabalhadas, para compreender adequadamente as diferenças salariais entre os grupos. A diferença salarial por sexo pode ser parcialmente explicada pelas disparidades na quantidade de horas trabalhadas entre homens e mulheres, principalmente na informalidade, enquanto a diferença salarial entre brancos e não brancos persiste ao longo do tempo, com sutis variações sazonais.

Gráfico 10 – Nordeste - Diferença do salário-hora no espaço rural por etnia e sexo para cada trimestre - 2015 e 2019



Fonte: Elaboração própria com base em dados da PNAD Contínua Trimestral (IBGE, 2015 e 2019).

É fundamental destacar que a análise dessas diferenças salariais por meio de médias é um ponto de partida e que investigações mais aprofundadas, considerando outros fatores relevantes e aplicando métodos estatísticos apropriados, podem fornecer uma compreensão mais abrangente das causas e implicações dessas disparidades salariais no contexto do setor rural do Nordeste, haja vista a existência de *outliers* que podem elevar a renda média e trazer inferências que podem não corresponder com a realidade.

4. Considerações Finais

O Nordeste, em 2019, emergiu como a região mais desigual do Brasil, conforme evidenciado pelo Índice de Gini. Essa desigualdade está intrinsecamente ligada a uma série de fatores socioeconômicos e históricos, e é essencial compreender as nuances que a tornam única. Neste estudo, buscou-se ir além das barreiras tradicionais de análise, desagregando os dados por etnia e sexo para identificar as interações complexas que contribuem para a desigualdade salarial.

A diferença na remuneração entre homens e mulheres no espaço rural do Nordeste chamou atenção por sua peculiaridade. Enquanto em muitas partes do Brasil as mulheres ganham significativamente menos do que os homens, na região nordestina essa dinâmica se inverteu em vários estados. Os resultados mostraram que as mulheres rurais, em alguns casos, recebem salários 'Muito acima' dos homens. Essa descoberta desafia estereótipos de gênero arraigados e destaca a importância de compreender as particularidades do mercado de trabalho rural do Nordeste.

Além disso, a disparidade salarial por etnia no espaço rural do Nordeste é menor em comparação com outras regiões do Brasil. A maioria dos estados nordestinos foi classificada como 'Equilibrado', indicando uma relativa igualdade salarial entre Brancos e Não brancos. Esse é um resultado encorajador, mas também indica que ainda há trabalho a ser feito para abordar questões de discriminação racial no mercado de trabalho.

Destaca-se ainda a importância do setor rural para o Nordeste, onde a maioria dos estados possui uma alta proporção de ocupados rurais. Isso sublinha a necessidade de políticas públicas direcionadas para melhorar as condições de trabalho e as oportunidades no meio rural. A disparidade salarial entre trabalhadores urbanos e rurais é evidente, e medidas para valorizar o trabalho no campo são cruciais.

No que se refere à ocupação, observou-se uma redução significativa da taxa de ocupação no Nordeste entre 2015 e 2019, afetando tanto o meio rural quanto o urbano. A diminuição da taxa de ocupação no meio rural se aproximou da do meio urbano em 2019, destacando a convergência entre esses dois contextos. Esse fenômeno pode ser atribuído a fatores como a modernização agrícola, a migração para setores não agrícolas e as dinâmicas do mercado de trabalho.

A taxa de desalentados, que representa aqueles que desistiram de procurar emprego devido à falta de oportunidades, aumentou ao longo dos anos, afetando desproporcionalmente as mulheres e as pessoas não brancas. A taxa de informalidade apresentou uma leve redução entre 2015 e 2019, tanto no meio rural quanto no urbano. No entanto, a informalidade ainda é mais prevalente entre homens e trabalhadores não brancos, sugerindo desigualdades socioeconômicas persistentes. A escolaridade média aumentou ao longo dos anos, mas o setor rural ainda apresenta níveis mais baixos em comparação ao urbano, apontando para desafios relacionados ao acesso à educação nas áreas rurais.

No que tange à diferença salarial, os homens e os brancos geralmente recebem salários mais altos, mas a análise ajustada pela quantidade de horas trabalhadas revelou que as mulheres ganham mais por hora trabalhada, principalmente em 2019. A diferença salarial entre brancos e não brancos persiste, com algumas variações sazonais. Esses resultados destacam a complexidade das disparidades salariais e a importância de considerar fatores como horas trabalhadas para uma compreensão completa.

A pluriatividade, ou seja, o trabalho simultâneo em mais de um emprego, foi mais comum entre homens e brancos, com variações sazonais ao longo dos trimestres e anos. Essa prática pode ser influenciada por fatores como sazonalidade no trabalho rural e mudanças nas dinâmicas do mercado de trabalho.

Em síntese, este estudo destaca a existência de desigualdades socioeconômicas no Nordeste brasileiro, com implicações significativas relacionadas a etnia e sexo. Embora tenham ocorrido algumas reduções nas disparidades salariais e na pluriatividade, ainda há desafios a serem enfrentados para promover uma distribuição mais equitativa de recursos e oportunidades na região. Essas conclusões ressaltam a importância de políticas públicas direcionadas que busquem abordar as desigualdades identificadas e promover um desenvolvimento mais inclusivo no Nordeste.

Referências Bibliográficas

ARAUJO, J. A.; MORAIS, G. A. S. Desigualdade de Renda e sua decomposição no Brasil e nas Regiões Brasileiras. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, v. 45, n. 4, p. 35-49, mar. 2014.

BALASSIANO, M.; SEABRA, A. A.; LEMOS, A.H. Escolaridade, salários e empregabilidade: tem razão a teoria do capital humano?. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 9, p. 31-52, 2005.

BECKER, G. S. **The Economics of Discrimination**. Chicago: The University of Chicago Press. 1957

BERNI, H. A. A. Evolução dos determinantes da desigualdade de renda salarial no Nordeste. Dissertação (Mestrado em Economia), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, p. 48. 2007.

BORJAS, G. **Economia do Trabalho**. 5ª Edição, AMGH. Editora LTDA. 2012.

BRANDÃO, G. S. Desalento e Gênero: Análise para o Brasil nos anos de 2012 a 2019. **Ensaio sobre economia do trabalho no Brasil da segunda década do século XXI**. Natal, v. 1, n. 1, p. 41 - 73, 2021.

BREITENBACH, Raquel; CORAZZA, Graziela. Formação profissional e a relação com a sucessão geracional entre jovens rurais, Brasil. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 17, n. 2, p. 262-296, 2019.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.1, p.205-227, 2004.

CATELAN, D. W. *et al.* Diferenças salariais e discriminação por gênero e cor nos setores agrícola e não agrícola do Brasil nos anos de 2004, 2012, 2015 e 2019. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 61, p. e224595, 2023.

HELFAND, S.; ROCHA, R; VINHAIS, H. F. Pobreza e desigualdade de renda no Brasil rural: uma análise da queda recente. *Pesquisa e planejamento econômico*, Rio de Janeiro, v.39, n.1, p. 59-80 2009.

PAULA JUNIOR, A. Escolaridade nas zonas rurais da região sul. **Espaço e Economia**. V. 16, n. 8, p. 1-11, 2019.

RAMOS, L. S. O impacto da discriminação de gênero e de etnia nos gaps salariais: Uma análise para o mercado de trabalho cearense de 2012 a 2021. Monografia (Bacharelado em Economia), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, p. 58. 2022.

ROCHA, S. Pobreza e desigualdade no Brasil: o esgotamento dos efeitos distributivos do Plano Real. Rio de Janeiro, RJ. IPEA, 2000. (Texto para Discussão, n. 721).